



Bloco de Esquerda
Grupo Municipal

SAUDAÇÃO Nº 3

Saudação

40 anos depois. Viva o 25 de Abril e ao 1º de Maio

40 anos depois, comemorar o 25 de Abril e 1.º de Maio deve servir para “não apagar a memória” de todos os que lutaram contra o fascismo e uma guerra colonial injusta e insustentável, contra a carestia de vida, os baixos salários e o desemprego, contra a dependência externa primeiro com a EFTA e depois com a Europa e o mercado comum que agravou tensões e contradições entre as classes dominantes. A luta de classes criou condições para a degradação do regime.

O 25 de Abril e 1.º de Maio de 74 foi uma explosão de soberania popular em que o trabalhador se tornou cidadão, trouxe-nos a democracia, desenvolveu o Estado social – a segurança social, o direito à saúde, à educação à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, na luta pelo pleno emprego e a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição pela primeira vez do salário mínimo no valor de 3.300\$00 (16,50€) que a preços constantes de 74 hoje já seria superior a 583,94 €.

O 25 de Abril e 1.º de Maio de 74 consagraram ainda o direito á greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como consagrou um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

A Constituição da República veio a consagrar todos os direitos democráticos e laborais conquistados.

Assim, considerando que:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 1241/SG/DAOSM/GAAM/ 64

DATA 14/4/14

J. Pires

- As actuais políticas impostas pela troika e o governo neoliberal e conservador das direitas, colocam em causa não só os direitos constitucionais, democráticos e laborais que põem em causa o nosso futuro, pois põem em causa os valores do Estado social e os serviços públicos, com uma escalada de desemprego e precariedade sem precedentes, de roubo de salários e pensões e de empobrecimento em larga escala dos cidadãos, com mais de 2 milhões de pessoas em situação de pobreza;
- Tais políticas agrilhoam a democracia às políticas da União Europeia e do cumprimento do Tratado Orçamental, pondo em causa o futuro das pessoas, do Estado e das suas funções sociais;
- A ofensiva neoliberal e conservadora apoia-se num amplo programa de privatizações, facilitando os despedimentos, por via do seu embaratecimento, numa maior flexibilização da legislação laboral e atacando a negociação e contratação colectiva, transferindo crescentemente e cada vez mais renda para o capital;
- No plano da intervenção democrática coloca-se a necessidade da reestruturação da dívida e de referendo do tratado orçamental e ainda, como uma resposta urgente:
 - a) A renegociação de prazos, montantes e taxas de juro, reduzindo o peso do exercício da dívida para permitir a canalização de recursos para investimento produtivo e para a criação de emprego;
 - b) A redução do stock da dívida, tendo em conta o corte de 50% da dívida pública de médio e longo prazo, substituindo-o por novas Obrigações do Tesouro que deverão ter um prazo de pagamento de 30 anos e um período de carência de juros até 2020;
 - c) O corte na totalidade do pagamento dos juros do empréstimo internacional, considerando que os principais financiadores obtêm capital a 0% de juro;
 - d) Indexação do pagamento dos juros da dívida de Bilhetes e Obrigações do Tesouro à evolução positiva das exportações de bens e serviços e do comportamento da economia;
 - e) A proteção dos pequenos aforradores, nomeadamente dos detentores de certificados de aforro e certificados do tesouro, que representam 5,5% do montante total da dívida, negociando o pagamento do valor nominal dos seus títulos, com uma taxa de juro indexada ao crescimento do PIB, mais um prémio para promover a poupança e o financiamento da dívida.
 - f) O referendo e a luta contra o tratado orçamental e a sua “regra de ouro”, regra genérica de equilíbrio orçamental, que permite apenas um saldo estrutural de

0,5% do PIB, a não ser nos casos de países cuja dívida pública seja inferior a 60% do PIB, em que o saldo estrutural poderá atingir 1% do PIB, o que coloca em causa o crescimento da riqueza e do emprego e até do próprio Estado social.

A Assembleia Municipal de Lisboa, em sessão de 15 de Abril de 2014, delibera:

1 – Evidenciar o 40º aniversário da Revolução - que teve lugar no dia 25 de Abril de 1974 – como uma comemoração de luta contra a troika e o governo das direitas neoliberal e conservador que põem em causa a constituição e a democracia, saudando a efeméride por aclamação.

2 – Reconhecer que as comemorações deste facto histórico têm a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social.

3 – Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que não se encostam à parede e lutam, que não desistem e exigem DIGNIDADE, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, do seu emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.

4 – Enviar esta deliberação aos órgãos de soberania, aos Partidos Políticos com assento parlamentar, às Centrais Sindicais e à comunicação social.

Lisboa, 15 de Abril de 2014

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

